

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL - PERCURSO HISTÓRICO E DESAFIOS NO PRESENTE

RIZZINI, Irene

RIZZINI, Irma.

Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004, (96 p.)

por Maria Luiza Campos da Silva Valente¹

Pesquisadoras de renome nacional e internacional no campo da infância e juventude, Irene Rizzini e Irma Rizzini são profissionais cujos nomes dispensam apresentação. Com formação interdisciplinar, refletem a necessidade dos profissionais de nossos tempos ultrapassarem as barreiras das disciplinas especializadas para compreender e intervir na complexa realidade da população infantil e juvenil brasileira.

O livro "A Institucionalização de Crianças no Brasil - Percurso histórico e desafios no presente" é a mais recente contribuição destas pesquisadoras de produção profícua. Embasada em vasta documentação histórica, produzida pelas autoras ao longo de vinte anos e acrescida de rico material iconográfico, a pesquisa focaliza, a partir do século XVIII, o percurso histórico das instituições tipo *internatos de menores*.

Em texto conciso e de leitura agradável, o leitor percorre três séculos de história, onde se destacam marcos importantes para a compreensão do que as pesquisadoras identificam como "a opção histórica da sociedade brasileira pelo modelo asilar de assistência à infância pobre". Assim fazendo, revelam traços marcantes e persistentes da formação social brasileira, onde o clientelismo e a exclusão estão presentes.

Resultado de uma parceria entre o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância e o CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, a publicação contém um interessante glossá-

¹ Assistente Social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Doutoranda em Serviço Social-PUC/Rio.

rio das categorias sociais e jurídicas relativas à infância e à adolescência. O que permite ao leitor vislumbrar, através da terminologia utilizada, como a sociedade brasileira pensou, ao longo destes trezentos anos de história, a infância pobre.

A criteriosa análise histórica das instituições tipo *internatos de menores* traz à luz aspectos ainda pouco explorados na literatura sobre políticas de atendimento à população infantil e juvenil. A pesquisa associa o advento de regimes políticos autoritários no país à criação de sistemas centralizados de assistência ao menor. Este foi o contexto da fundação do SAM, em 1941, durante a ditadura do Estado Novo e da FUNABEM, em 1964, no início da ditadura militar.

Dentre outros aspectos relevantes apontados na pesquisa destacam-se a construção de ideologias justificadoras da internação; a construção social da categoria menor; o exercício do poder tutelar do Estado sobre os filhos dos pobres; a culpabilização da família e desautorização do papel parental; as relações clientelistas engendradas pelo Estado; a circulação de menores; a tensão entre educação e repressão.

Temas estes concernentes a todos aqueles que trabalham na intrincada rede de instituições que atendem a população infantil e juvenil de nosso país, tornando a leitura deste livro obrigatória para operadores do Direito de Família, Infância e Juventude, bem como educadores, assistentes sociais, psicólogos. Ou seja, os que enfrentam, no cotidiano das instituições, o desafio de construir melhores práticas de atenção às crianças, adolescentes e suas famílias.

Apesar de retratar com profundidade uma dura realidade, o estudo tem a peculiaridade de não se limitar a denunciar as raízes perversas da institucionalização de crianças no Brasil. Ao contrário, vem apontar saídas, tornando sua leitura ainda mais instigante para os que desejam melhor conhecer a realidade do nosso país e não se conformam com o espetáculo cruel que compõe a paisagem das cidades brasileiras, com crianças perambulando pelas ruas, sujeitas a todo tipo de exploração.

A existência de crianças desamparadas e desassistidas traz em si uma contradição com a qual a sociedade brasileira se defronta, mais explicitamente, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Inspirado na doutrina da proteção integral, o Estatuto veio alinhar o Brasil no ordenamento jurídico internacional no que concerne aos direitos do segmento infantil e juvenil, alçando as crianças e adolescentes brasileiros à condição de sujeitos de direitos.

Mas afinal, se o direito à convivência familiar e comunitária é garantido pela Constituição Federal e respaldado pelo Estatuto, por que razão, passados dezesseis anos da promulgação da Constituição e quatorze anos do Estatuto, mais de duzentas mil crianças continuam afastadas de seus lares? E por que as instituições destinadas ao abrigo de crianças e adolescentes, considerado medida a ser adotada em caráter provisório e excepcional, sequer atendem aos parâmetros determinados pela legislação em vigor?

A mudança do termo orfanato para abrigo não é mero exercício de retórica, mas visa a operar uma reviravolta nas diretrizes e posturas no atendimento à criança e ao adolescente. A idéia do abrigo, iluminada pela doutrina da proteção integral, vem romper com práticas de internação profundamente enraizadas e instaurar a lógica de preservação dos elos da criança e do adolescente com sua família e comunidade.

Mas o fato é que, apesar dos avanços na legislação, ainda vigora a cultura do Código de Menores. Não existe no país, segundo revela a pesquisa, uma política nacional de promoção do desenvolvimento integral da população infantil e juvenil, o que resulta na falta de alternativas para as crianças e adolescentes que precisam de apoio fora de seu meio familiar.

As mudanças na assistência às crianças cujos pais não encontram saídas para mantê-las foram tímidas, mas as causas predominantes do abrigo tornaram-se ainda mais complexas. Continuam sendo as crianças pobres que permanecem depositadas nos abrigos, à espera de uma família substituta ou de uma solução para as condições adversas que levaram ao rompimento de suas famílias.

Mas a pesquisa revela que, se as crianças e adolescentes de antes eram levados aos abrigos pelos pais, é mais comum, hoje em dia, eles próprios tomarem a iniciativa de saírem de casa, em atitude de rejeição às suas famílias. Realidade que, por um lado, evidencia a maior autonomia das crianças e adolescentes dos nossos tempos e, por outro, reitera a premência de buscar novas formas de enfrentamento da questão.

A busca de soluções requer, segundo concluem as autoras, a participação das crianças, suas famílias e comunidade, o que implica mudanças de atitudes e práticas assistencialistas e autoritárias que vigoram no país há séculos. A alternativa proposta é evitar a armadilha de

culpabilizar as famílias, criando condições para a manutenção dos vínculos básicos ao desenvolvimento de seus integrantes.

As respostas para a institucionalização de crianças e adolescentes não se limitam puramente ao âmbito do atendimento institucional. O uso da pesquisa e da experiência acumuladas assumem especial importância para subsidiar a criação de um sistema integrado de atendimento às crianças e adolescentes brasileiros, tornando realidade a doutrina da proteção integral.

A riqueza da análise de Irene Rizzini e Irma Rizzini reside em identificar, no passado, as raízes históricas da persistência de uma cultura de institucionalização de nossas crianças. A criteriosa reconstrução da história das instituições tipo *internato de menores* não se limita, nesta pesquisa, ao mero exercício de erudição. Ao contrário, atribui a fatores políticos e ideológicos a opção do país por políticas e programas ineficazes em reverter o quadro de pobreza e desamparo de uma grande parcela da população.

Neste sentido, a pesquisa visa, fundamentalmente, ao futuro, na medida em que aponta para a necessidade de construir alternativas ao modelo vigente, desenvolvendo outras formas de cuidar das crianças. O desafio proposto é o de romper com os resquícios de uma intervenção assistencialista e autoritária no âmbito da família, que fazem parte da cultura de exclusão de crianças e adolescentes pobres, em nosso país.